



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - FUNDOS DE PENSÃO			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 1718/15	DATA: 15/09/2015	
LOCAL: Plenário 2 das Comissões	INÍCIO: 14h59min	TÉRMINO: 15h17min	PÁGINAS: 7
DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO			
MILTON PASCOWITCH - Empresário.			
SUMÁRIO			
Transformação da reunião em reservada, para tomada de depoimento.			
OBSERVAÇÕES			
A reunião foi suspensa.			



O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Declaro aberta a 10ª Reunião Ordinária da CPI dos Fundos de Pensão.

Encontram-se sobre as bancadas cópias da ata da 6ª reunião.

Pergunto aos Srs. Parlamentares se há necessidade de leitura da ata.

O SR. DEPUTADO PAULO AZI - Solicito a dispensa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Solicitada a dispensa da leitura, está em discussão a ata. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, está em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a ata.

Esta reunião de audiência pública foi convocada para tomar depoimento do Sr. Milton Pascowitch, empresário, que já se encontra presente no recinto.

Convido o Sr. Milton Pascowitch a tomar assento à mesa. *(Pausa.)*

Ele se faz acompanhar do seu advogado, o qual convido a tomar assento à mesa. *(Pausa.)*

Antes de passar a palavra ao depoente, peço a atenção dos senhores presentes para os procedimentos que vamos adotar. O tempo concedido ao depoente será de 20 minutos, não podendo ser aparteado. Os Deputados interessados em interpelá-lo deverão inscrever-se previamente junto a esta Secretaria. O Relator disporá de 30 minutos para as suas interpelações; os Sub-Relatores, de 10 minutos; os autores de requerimentos, de 5 minutos; e cada Deputado inscrito terá o prazo de 3 minutos para fazer as suas interpelações.

Para atender às formalidades legais, foi firmado pelo depoente termo de compromisso, que integra o formulário de qualificação, de cujo teor solicito ao depoente que faça a leitura neste exato momento.

O SR. MILTON PASCOWITCH - Faço, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Art. 203 do Código de Processo Penal.

Com a palavra o Sr. Milton Pascowitch, por até 20 minutos.

O SR. MILTON PASCOWITCH - Sr. Presidente, Srs. Deputados, em função...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Só um momento. Peço que aumentem o som do microfone do depoente.

O SR. MILTON PASCOWITCH - Em função do acordo de colaboração que eu fiz junto ao 13º Juízo da Justiça Federal do Paraná, sob recomendação dos meus advogados e motivado pela já entrega da denúncia feita pela Procuradoria ao 13º Juízo da Justiça Federal, eu me coloco... preservando o sigilo de parte dos meus termos de colaboração ainda não estarem disponíveis, eu me coloco à disposição dos Srs. Deputados e responderei às suas perguntas naquilo que souber, mas solicito que isso seja em uma sessão reservada.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado João Rodrigues.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Eu gostaria da compreensão do Sr. Milton, que tem dado uma contribuição nesta nova fase por ter feito essa delação — esta é a parte principal da sua vida pública como empresário —, aceitando esse processo de delação, de contar tudo o que sabe, para passar a limpo este País, afinal de contas, o senhor tem a sua história de vida, com os seus erros, com os seus acertos, tem os seus familiares, tem os seus negócios. O senhor pode observar que nós temos funcionários que foram prejudicados pelos fundos de pensão devido a investimentos equivocados.

Então, faço um apelo ao senhor: já que está nesse ritmo de abrir o coração, que o senhor possa, no dia de hoje, aqui, manter essa sua posição, afinal de contas, o senhor está falando para o Brasil, está falando para os brasileiros. É óbvio que, neste momento, ninguém poderá dizer que o admira por isso. É óbvio que muitas pessoas estão dizendo que o senhor tem coragem. Depois da nova fase, de tudo revelado, do dinheiro confiscado, obviamente, o senhor poderá — quem sabe? —, com o passar do tempo, recuperar aquilo que o senhor perdeu no meio do caminho. Agora, fazer uma sessão fechada, para contar o que povo não pode saber? Afinal de contas, esse dinheiro é público. Esse dinheiro é do povo. As contas são do povo.

Eu aconselharia o senhor, com todo o respeito que tenho: faça de público. O senhor já começou até aqui. Não negue isso. Não negue para o povo brasileiro o direito de saber a verdade. O senhor já começou. (*Palmas.*) O senhor está dando o



primeiro passo correto, o primeiro passo certo, mas ir para portas fechadas é omitir verdades que talvez o senhor não queira que as pessoas saibam neste momento. Eu o aconselho e faço um apelo, em nome da população brasileira: diga o que o senhor sabe, o que o senhor precisa dizer. Não tenha medo. A verdade prevalecerá. O homem que engana na primeira vez não se acerta lá na frente nunca mais. O senhor fez uma opção de ser correto nas suas informações, para passar a limpo todo esse mar de lama. Não pare hoje aqui. Talvez hoje seja um dos momentos mais importantes, porque o que o senhor fala aqui vai ecoar em todo o território nacional. É o apelo que eu faço ao senhor, Sr. Milton.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Paulo Azi e, em seguida, o Deputado Paulo Teixeira.

O SR. DEPUTADO PAULO AZI - Sr. Presidente, eu quero também ir na direção do nobre Deputado João Rodrigues.

Na realidade, Sr. Milton, todos nós entendemos que V.Sa. presta um grande serviço à Nação quando se dispõe a fazer, junto à Justiça Federal, a sua contribuição premiada. É claro que isso não absolve V.Sa. pelos atos ilegais de que V.Sa. tenha participado, mas é bom frisar que V.Sa. chega a esta Comissão não como investigado. V.Sa. foi chamado a esta Comissão como testemunha.

Aqui, nós queremos nos aprofundar em questões diversas daquelas que V.Sa., porventura, já tenha informado através da delação premiada que fez. Esta CPI tem como objetivo principal apurar atos e ações que, no nosso entendimento, feriram os diversos fundos de pensão do nosso País. Nós, pelas informações que temos, sabemos que V.Sa. pode nos dar contribuição para que possamos nos aprofundar nessa direção.

Portanto, diferentemente da situação em que está envolvido no âmbito da Operação Lava-Jato, V.Sa. chega aqui como testemunha. Não existe, até o momento, nenhuma acusação que pese contra V.Sa. É por isso que nós gostaríamos de fazer um apelo a V.Sa., que, como disse o Deputado João Rodrigues, presta um serviço importante à sociedade quando resolve contribuir com as investigações no âmbito da Operação Lava-Jato. Mas espero que possa também contribuir com esta CPI, porque nós estamos aqui, Sr. Milton, tentando defender o



direito de milhares e milhares de pessoas que foram, durante os últimos anos, agredidas, roubadas, por dirigentes dos fundos de pensão do nosso País.

Portanto, gostaríamos muito de tê-lo aqui como um colaborador desta CPI, para que nós possamos avançar nos nossos trabalhos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Com a palavra o Deputado Paulo Teixeira.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Sr. Presidente, primeiro, quero cumprimentar V.Exa. pela condução dos trabalhos, pela serenidade com que tem conduzido os trabalhos. Cumprimento igualmente o Deputado Sergio Souza, Relator desta CPI, cumprimento as Sras. e os Srs. Deputados, cumprimento os advogados Dr. Theodomiro Dias Neto e Dra. Elaine Angel e cumprimento o Sr. Milton Pascowitch.

Sr. Presidente, eu também gostaria de fazer um apelo ao Sr. Milton Pascowitch, porque o objeto desta CPI são os fundos de pensão, não é a Lava-Jato. Portanto, se há qualquer relação com a Lava-Jato, eu acho que este não é o foro adequado para se discutir; se há qualquer relação com outro agente político, não é este o foro para a discussão. A discussão aqui é sobre fundos de pensão. Esse é o objeto da nossa CPI.

Então, eu gostaria de indagar ao Sr. Milton Pascowitch, para que ele diga a todos se tem algo a dizer em relação a fundos de pensão, que é o objeto da nossa investigação. Se ele tiver algo a dizer em relação a fundos de pensão, nós podemos discutir. Eu também não vejo razões para que esta sessão seja secreta. Eu acho que ela pode ser pública, mas V.Exa. é que haverá de conduzir essa questão. Mas acho que há uma questão preliminar: se o Sr. Milton Pascowitch tem algo a nos dizer em relação a alguma irregularidade cometida em fundos de pensão que justifique, inclusive, se o Presidente assim entender, que nós instalemos uma sessão reservada, ainda que eu defenda uma sessão pública. Eu acho que é uma questão preliminar esclarecer se o Sr. Milton Pascowitch tem algo para nos dizer sobre irregularidades cometidas em fundos de pensão, porque é o objeto da nossa CPI.

O SR. DEPUTADO PAULO AZI - Pela ordem, Sr. Presidente, só para contraditar o Deputado Paulo Teixeira. Eu acho que não cabe esse questionamento.



O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Deputado Paulo, nós vamos fazer perguntas especificamente nesse sentido aí, porque tem relação, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Com a palavra o Relator, Deputado Sergio Souza.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Eu gostaria inclusive de indagá-lo.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Segundo o Presidente, ele vai responder, ao final, as nossas indagações. Eu também gostaria muito que o Sr. Milton falasse para todos ouvirem. Agora, nós temos que ver que há uma regra legal. Se for para V.Sa. ficar, como fez na CPI da PETROBRAS, dizendo que não vai responder e que vai permanecer calado, conforme orientação do seu advogado, então, acho que isso não produz nada.

Agora, nós não temos conhecimento disso, não tivemos acesso, mas lá também foi transformada em sessão reservada. Nós não sabemos se o senhor falou ou se não falou. Nós temos aqui muitas perguntas que envolvem, Deputado Paulo Teixeira, a questão dos fundos de pensão. Como Relator, eu gostaria de fazer essas perguntas, se possível em sessão aberta, mas, se o depoente não vai falar abertamente e se reservadamente ele já se dispôs, Sr. Presidente, eu até requiero que possamos adiantar e passar para a segunda fase desta sessão, para que possamos explorar ao máximo o depoente, porque acho que tem muito a nos dizer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Muito bem. Eu vou passar a palavra ao Sr. Milton Pascowitch, agora acompanhado dos seus advogados, Dra. Elaine Angel e Dr. Theodomiro Dias Neto.

As palavras do Relator resumem bem a posição agora, Sr. Milton. A principal prioridade desta Comissão é a verdade, é a elucidação dos fatos, não são os holofotes. Se V.Sa. se considera mais confortável, do ponto de vista legal — como advogado, eu entendo muito bem o posicionamento dos seus advogados —, se é para ficar de forma reservada e para falar, parece-me que o sentimento desta Comissão é de querer ter acesso a essas informações, porque é essencial que nós tenhamos o conhecimento sobre os tipos de relações que levavam os fundos de pensão a, muitas vezes, escolher determinados negócios. Essa é a sombra cinzenta que paira sobre muitas dessas instituições, e esta CPI tem a missão de elucidar se



isso é verdade ou não, se há aparelhamento, se há tráfico de influência e se há direcionamento de negócios.

Então, agora, eu vou passar a palavra ao senhor, para que possa explicitar qual é o seu desejo pessoal e a orientação dos seus advogados, para que, se for falar em sessão reservada, nós tomemos os devidos procedimentos para tal.

O SR. MILTON PASCOWITCH - Excelências, primeiro, eu gostaria de dizer que a minha posição hoje não é igual àquela posição tomada na CPI da PETROBRAS, porque àquela altura a denúncia ainda não havia sido oferecida pela Procuradoria. Hoje ela já se encontra oferecida, mas não aceita ainda pelo Juiz Sérgio Moro. Não é por vontade própria, mas eu tenho uma cláusula de confidencialidade no acordo que fiz. Portanto, por uma parte das informações que ainda não são públicas, eu não posso romper o compromisso que assumi. Também entendo a posição dos senhores, mas gostaria que os senhores... As conversas aqui estarão à disposição depois da sociedade, poderão ser transmitidas a todos aqueles que tiverem interesse, mas gostaria de, já desde o início, tirar um pouco dessa sensação de anticlímax. Eu não tive, em nenhuma época, de nenhuma forma, como intermediário ou como empresário, nenhum contato com nenhuma fundação de previdência. Nunca encaminhei nenhum negócio, nunca negocie nada com fundação nenhuma, mas, como esses fatos estão correlacionados a outros fatos que ocorreram ao longo do relacionamento com empresas que tiveram negócios com as fundações e que, por isso, fui mencionado — é por isso que existe essa menção aqui de contratos que fazem menção a fundos de previdência —, eu me coloco à disposição dos senhores para esclarecer isto na forma de uma sessão reservada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Perfeito.

Pois sejam adotados os devidos procedimentos. A sessão está suspensa por 5 minutos. Peço que permaneçam no recinto apenas as Sras. e os Srs. Deputados, a Consultoria da Casa e os advogados que estão presentes.

Lamento, mídia, imprensa, senhoras e senhores aposentados, servidores beneficiários que vieram, mas é pelo bem da Comissão e para a elucidação dos trabalhos.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Sr. Presidente, tenho uma questão de ordem.



Na CPI da PETROBRAS, houve a possibilidade de cada Parlamentar dispor de um Consultor relacionado à sua bancada. Indago se isso pode acontecer aqui hoje ou não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Deputado Paulo, a ideia é manter a reserva, porque depois, se a conversa acabar saindo, fica mais difícil identificar de quem são as responsabilidades. Então, essa suspensão vai servir inclusive para que a sua assessoria lhe passe as perguntas, as informações, enquanto nós tomamos as providências para que a sala fique reservada.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Sr. Presidente, eu não disponho de nenhuma pergunta que a minha assessoria, porventura, devesse me passar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Ótimo. Isso quer dizer que vai ser mais curta a sessão.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Mas eu tenho um ofício do tempo de Líder.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - O Deputado é muito criativo e vai ter tempo de elaborar um extenso questionário nesses 5 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Não tenho dúvidas disso.

A sessão está suspensa por 5 minutos, até que se tomem as devidas providências para lacrar a sala.

(A reunião é suspensa.)